

Revista Mídia e Cotidiano
Artigo Seção Livre
Volume 12, Número 1, abril de 2018
Submetido em: 01/03/2018
Aprovado em: 15/04/2018

**SOBRE AUSÊNCIAS E SILENCIAMENTOS: UMA ANÁLISE DOS SENTIDOS
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO CADERNO VIDA, DO DIÁRIO DO
NORDESTE**

***ON ABSENCES AND SILENCES: AN ANALYSIS OF THE SENSES OF THE
UNIFIED HEALTH SYSTEM IN THE CADERNO VIDA, DIÁRIO DO
NORDESTE***

Kátia LERNER¹; Clarisse Castro CAVALCANTE²

Resumo:

Este artigo tem como objetivo compreender os modos pelos quais o jornal Diário do Nordeste construiu sentidos sobre o Sistema Único de Saúde no seu suplemento semanal dedicado ao tema saúde, o Caderno Vida. Utilizamos como método uma análise qualitativa de seis textos jornalísticos que continham a presença do SUS, baseada no referencial teórico-metodológico da Semiologia dos Discursos Sociais. Entre os principais resultados, observou-se que o Diário do Nordeste constituiu modos de falar sobre o SUS a partir de estratégias discursivas de crítica, tecidas através da visibilidade conferida à ausência de tecnologias nos serviços de saúde e à precariedade no financiamento; e de silenciamentos sobre o SUS a partir de sua não nomeação na divulgação de serviços e políticas de saúde, especialmente quando positivos e valorizados na esfera pública.

Palavras-chaves: Mídia; Cotidiano; Jornalismo; Discursos; Sentidos

Abstract:

This article aims to understand the ways in which the Diário do Nordeste newspaper has constructed senses about the Unified Health System in its weekly supplement dedicated to health, the “Caderno Vida”. We used as a method a qualitative analysis of six journalistic texts that contained the presence of SUS, based on the theoretical and methodological reference of the Semiology of Social Discourses. Among the main results,

¹ Doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) com doutorado sanduíche em sociologia pela University of California/Los Angeles (2001) e pós-doutorado em Comunicação pela Escola de Comunicação da UFRJ (2013-2015). É pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde. E-mail: klerner@icict.fiocruz.br

² Doutoranda em Informação e Comunicação em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz, onde também se titulou como mestra, em 2014. É especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem, pela Universidade Federal do Ceará, e graduada em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: clarissecastrocavalcante@gmail.com

it was observed that the Diário do Nordeste constituted ways of talking about SUS based on discursive strategies of criticism, woven through the visibility given to the absence of technologies in health services and the precariousness of financing; and of silencing about the SUS from its non-appointment in the dissemination of health services and policies, especially when positive and valued in the public sphere.

Keywords: Media; Everyday Life; Journalism; Discourses; Senses

INTRODUÇÃO

Pensar o cotidiano como um ambiente ativo, dinâmico, um território onde se projetam e processam as práticas e transformações sociais; e pensar a mídia, especialmente o jornal como dispositivo midiático, como instrumento que compõe e fornece subsídios elementares para este cotidiano; são as duas ideias que introduzem esta reflexão. Há, dessa maneira, uma relação inexorável entre mídia e cotidiano que tanto se encontra na estrutura da sociedade contemporânea quanto resvala pelos arranjos mais corriqueiros da dinâmica social. A mídia atua em nossas vidas nos fornecendo “as ideias para exprimir, não como uma força desencarnada operando contra nós enquanto nos ocupamos com nossos afazeres diários, mas como parte de uma realidade de que participamos” (SILVERSTONE, 2002, p. 21).

Ao conceito que define a centralidade dos processos e práticas da mídia na constituição e funcionamento da sociedade contemporânea, dá-se o nome de midiatização (FAUSTO, 2007; BRAGA, 2012). Mais que informada, mais que informatizada, o que os autores indicam é o surgimento de outra conformação das relações sociais, onde a mídia demarca sua presença constituinte e modeladora, e nos invoca a mergulhar nos seus modos de operação, de avaliação, de mediação dos valores humanos e sociais, situados num tempo e num espaço por ela organizados. Na mesma direção, Hjarvard (2014) define midiatização como o processo através do qual a cultura e a sociedade “tornam-se cada vez mais dependentes dos meios de comunicação e sua lógica como mídia integra-se em práticas culturais e sociais em vários níveis”. Para o autor, trata-se de um processo com dimensão interinstitucional, no qual as lógicas da mídia atravessam as lógicas de outros domínios institucionais, e nessa relação ninguém permanece original – os modos de pensar, fazer e produzir sentidos sobre o mundo são profundamente modificados por essa simbiose. “Portanto, a lógica da mídia não influencia apenas como os atores sociais de instituições variadas agem na esfera pública, mas também o próprio funcionamento de outras instituições e suas interações entre si” (Idem, p. 36).

Assim, pensar em midiatização reforça a ideia de que a presença da mídia na contemporaneidade se configura na conformação de um tipo de poder, que modula a construção da própria ideia de cotidiano, do senso comum, e a partir disso do cotidiano em si, nos oferecendo elementos para produzir e sustentar a continuidade de práticas e

paradigmas. Ou provocar neles rupturas. Neste processo, há total ausência de linearidade e homogeneidade, posto que a relação mídia-cotidiano é profundamente marcada por disputas das mais diversas ordens e dimensões, e é preciso cuidar do absolutismo que cerca tais assertivas. “Desse modo, as instituições [dentre elas a mídia] são ferramentas de criação de sentido, bússolas normativas e *scripts* mentais para a ação, mas não são *instruções* completas que determinam a criação de sentido e a ação de uma forma automática e uniforme” (HJARVARD, 2014, p. 28).

Pensando nessa relação mídia/cotidiano como parte dos macroprocessos de midiaticização do cotidiano, sendo a mídia aqui representada pelos dispositivos jornalísticos, o que nos vem à memória quando pensamos no Sistema Único de Saúde (SUS) que está nos textos jornalísticos, com suas capas, manchetes e formatos específicos? Costumamos observar as vozes que são privilegiadas nesses espaços? E as que não estão presentes também? Certamente, o SUS que toma formas a partir dos dispositivos midiáticos ocupa espaços significativos nas esferas políticas e sociais de nosso país, e também na esfera privada, em nossos modos individuais de memorizar, refletir e usar essa política. Dessa forma, o SUS que se vê pela mídia, que se produz e circula por esta via, deixa pistas das relações de poder que se estabelecem no cotidiano, nos territórios físicos e metafísicos também.

Interessadas em analisar essa prática do ponto de vista social e discursivo, entendendo-a como uma prática que trabalha para conferir substância material e simbólica ao cotidiano que habitamos, coletamos textos com a presença do Sistema Único de Saúde no jornal *Diário do Nordeste*, com o recorte de seis meses ininterruptos (janeiro a junho de 2013). Nestes arquivos, mapeamos as notícias presentes no Caderno Vida, suplemento semanal dedicado ao tema Saúde, norteados pelo desejo de compreender como o Sistema foi posicionado nessa editoria específica, que se configura como uma arena discursiva na qual é possível perceber vozes e acontecimentos que o jornal privilegia quando tece representações sobre Saúde. Dessa maneira, os sentidos em circulação no Caderno Vida, além de deporem sobre os modos de produção discursiva do *Diário do Nordeste* a respeito do SUS, depõem sobre tais modos não mais ancorados nas editorias que demarcam recortes para cotidiano, ou política, ou ciência etc, mas numa especificidade que agrega valor simbólico à discussão.

O jornal *Diário do Nordeste* foi criado em 1981 e pertence ao maior grupo de mídia do Ceará, o Sistema Verdes Mares (que além do jornal impresso possui uma rádio AM, uma rádio FM, um portal de notícias, um canal de televisão regional e é o retransmissor regional da rede Globo), além de ser o único jornal com distribuição em 100% do estado. Essa ampla capacidade de circulação, maior do que a de todos os outros periódicos locais, associada à possibilidade de coleta online das edições virtuais, determinou a escolha deste periódico para fins de análise.

CAMINHOS TEÓRICOS: O TEXTO JORNALÍSTICO É DISCURSO

O exercício do poder midiático, diferentemente dos poderes físicos e concretos que conhecemos, desempenhados muitas vezes pela imposição física da força, se dá pela disputa e pela negociação dos modos de fazer ver determinadas coisas e fazer crer no que se diz sobre elas. É um fenômeno que Bourdieu (2012) chamou de ‘poder simbólico’, inerente às relações comunicativas, posto que elas são sempre dependentes dos poderes – materiais e simbólicos – acumulados por agentes e instituições envolvidos nessas relações, em um contínuo movimento de mais produção, acumulação e desempenho de poder.

Tais agentes das relações de comunicação estruturam suas disputas como partícipes do que Araujo (2004) denominou de mercado simbólico, que, aos moldes de um mercado tradicional, funciona como um território no qual se negociam sentidos, no qual circulam sentidos, formas de perceber e produzir realidades. Onde diversas vozes concorrem entre si pela prevalência do seu próprio modo de compreender, interpretar e agir sobre a realidade.

Para entendermos de que maneira isso ocorre, estamos optando teoricamente pelo entendimento da prática jornalística como prática social discursiva. E os textos jornalísticos como discursos. E que, como tais, estão carregados de poder e de vontade de poder, “de dizer, de nomear e de interpelar os atores e as situações sociais em que vivem”, modulando significativamente “os imaginários sociais a este respeito”(OLIVEIRA, 2013, p. 1). Assim, para compreender a atuação do jornalismo na contemporaneidade não importa apenas nos debruçarmos sobre o estudo das especificidades do campo, como os valores-notícias que norteiam a escolha dos temas a serem abordados pelos jornais, mas

entender essa prática social dentro dos contextos – político, social, produtivo, existencial – nos quais está inserida, com as respectivas relações de poder implicadas nestes processos.

Para Fausto Neto (2005), não só a prática discursiva midiática acontece no território da linguagem como se apoia em suas dimensões para exercer o seu poder.

A principal competência midiática jornalística é de natureza discursiva na medida em que seus fundamentos de descrição/construção das realidades se fazem em meio às operações de linguagens e ao mesmo tempo em que os processos de noticiabilidade se estruturam, além de em parâmetros sócio-organizacionais, em presunções simbólicas, ou ainda, em referências e em transações que se realizam pelo capital das linguagens (FAUSTO, 2005, p. 4).

Daí a nossa ancoragem teórica na Semiologia dos Discursos Sociais, uma abordagem que possibilita a análise dos textos jornalísticos a partir da relação que estabelecem com o conjunto estrutural que caracteriza a prática social; ou seja, o texto em relação com os contextos, e também com os co-textos, resultando numa materialidade discursiva que conforma a produção de sentidos na e para a realidade. Ao assumir que a notícia é discurso rompemos teórica e metodologicamente com o esquema elementar de comunicação que trata o texto jornalístico apenas como mensagem, ou informação, construída por um ou mais emissores e destinada a um ou mais receptores, numa relação cujo sucesso depende da eliminação de todo ruído que se interponha no caminho. No discurso:

[...] não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. [...] São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2001, p. 21).

É importante ressaltar que nessa abordagem teórica tanto importa entender o texto a partir do cenário e do momento histórico em que ele é produzido, quanto entender que a prática social não se esgota na presença do texto, mas depende de uma série de relações que este texto estabelece com os demais elementos simbólicos presentes nos dispositivos midiáticos: a página na qual está exposto, os outros elementos com os quais divide a superfície espacial e temporal (contexto textual, ou co-texto), a editoria, o uso ou não de imagens, a presença de publicidades etc.

Da mesma forma, importa perceber que todo texto possui uma memória, que, segundo Pêcheux,

seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Isso significa que diante de qualquer texto, um leitor, como condição para compreendê-lo, aciona, consciente ou inconscientemente, memórias dos elementos linguísticos ali presentes, que gravadas no senso comum ajudam a atribuir sentidos a partir dos novos contextos de usos. Não há palavra neutra, ou solitária, ou desprovida de memória, que não tenha habitado antes deste outros lugares e formas. E a memória discursiva também está presente no processo de feitura do texto, pois os interlocutores carregam vivências e experiências que certamente influenciarão no resultado final da comunicação. Sendo assim, “não só não somos inteiramente responsáveis pelas representações que acreditamos fazer nos textos que produzimos, como também nem sequer somos os únicos responsáveis pelas representações que ali aparecem” (PINTO, 2002, p. 30).

Também através da Semiologia dos Discursos Sociais compreendemos que para entender a prática midiática como uma prática social discursiva precisamos nos dispor a compreender o que há além daquilo que se torna explícito textualmente. Antecipando, inclusive, que tudo o que foi dito ou escrito ocupou um espaço privilegiado, negado a outras possibilidades diferentes de dizer uma determinada coisa, e que são silenciadas no jogo de forças da produção discursiva. A linguagem, já diria Bakhtin (2006), como território onde se materializa esta prática, não é neutra, e é através dela que a mídia exercita o poder e as respectivas forças de representação que este poder arregimenta.

A PRÁTICA DISCURSIVA JORNALÍSTICA E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Uma vez que os textos jornalísticos são discursos e que seus modos de produção são práticas sociais, que tanto influenciam quanto são influenciadas pelos contextos nos quais se originam, consideramos que as notícias sobre o Sistema Único de Saúde estão ocasionando a produção de sentidos diversos a seu respeito nos territórios nos quais

circulam. E essa circulação é bastante significativa. A dissertação que deu origem a este artigo, intitulada *Os sentidos do Sistema Único de Saúde na mídia impressa do Ceará – Um estudo do jornal O Diário do Nordeste*, pesquisou 181 edições do jornal impresso mencionado, no período de 01 janeiro a 30 de junho de 2013, e coletou 943 textos com presença do SUS em editoriais e suplementos previamente selecionados: Cidade, Nacional, Política, Regional, Opinião e o Caderno Vida.

O número obtido nos mostra que o SUS mantém uma presença considerável nesse jornal impresso: foram coletados, ao total, 943 textos sobre o tema, sendo em média 157 por mês, o que representa 5 textos/dia aproximadamente (dos 181 dias de coleta, apenas em seis não obtivemos registros do SUS). Se compararmos com duas pesquisas que também tratam da presença do SUS na mídia anteriores à nossa, a expressiva aparição do tema torna-se ainda mais evidente. Na dissertação de mestrado *Análise da imprensa escrita sobre o SUS no sistema municipal de saúde de Fortaleza entre 2005 e 2008* (2010) foram levantados, ao longo de quatro anos, 2088 textos, o que equivaleria a uma média de 43 textos/mês nos três jornais impressos do Ceará: *O Povo*, *Diário do Nordeste* e *O Estado*. Também na dissertação *A crítica ao SUS no jornal Folha de São Paulo* (2010), a análise de um ano desse jornal (o ano de 2013) levantou 667 textos, uma média mensal de 55 textos publicados. Estes dados nos subsidiam a afirmar que o SUS é, de modo quantitativamente e qualitativamente demonstrável, um tema de interesse midiático.

Uma das explicações possíveis para isso é o fato do SUS ser um tema que se insere num campo discursivo ainda mais amplo, o da saúde, que preserva um interesse público por ser parte do nosso cotidiano, por nos envolver material e subjetivamente. A saúde compõe a gama de assuntos/fatos/acontecimentos que estão na ordem do dia dos jornais, com coberturas que vão desde o fascínio pelas doenças mais complexas e pelas pesquisas que propõe curas, passando pelo destaque aos padrões estéticos contemporâneos e os modos de vivencia-los, e chegando aos impactos causados por epidemias ou desastres químicos, entre outros interesses. Lerner e Sacramento (2014) apontam que a saúde se configura como um valor-notícia para o jornalismo atual, e que se reflete para além dele, ligando-se ao próprio lugar que ela vem adquirindo na sociedade contemporânea. “A saúde não é só um objetivo de vida, mas muitas vezes confere sentido a ela [...]. Não é

surpreendente, desse modo, que a saúde tenha tanto apelo de venda nos jornais e de audiência nos telejornais”.

Outra razão para o imenso interesse do jornalismo pelo Sistema Único de Saúde é o próprio fato de ele representar uma política de Estado, com agenciamentos desenvolvidos por políticas de gestão, afetando, portanto, políticos, governos e cidadãos – cerca de 150 milhões de brasileiros que têm no SUS a única possibilidade de acesso às ações e serviços de saúde. Esse cenário se torna ainda mais agudo se levarmos em conta as centenas de pessoas que, mesmo portadoras de planos privados, são acolhidas pelo SUS quando a cobertura de suas operadoras se mostra deficiente ou limitada. Além disso, o SUS, presente na Constituição Federal, tem o desafio de estruturar, além da assistência, a promoção, proteção e prevenção da saúde, e possui a prerrogativa de ordenar a força de trabalho e a formação de profissionais por todo o território nacional. Lembrando, ainda, do interesse econômico na dimensão financeira do SUS, já que 3,7% do PIB do Brasil são investidos em saúde, setor que movimenta R\$ 500 bilhões por ano no país, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde.

OS MODOS DE AGIR SOBRE O SUS NO CADERNO VIDA

O Caderno Vida é o suplemento do *Diário do Nordeste* que se configura como um espaço específico para a produção de discursos sobre a saúde. Publicado impresso todas as terças-feiras, seu conteúdo permanece online como um dos menus-editoriais disponíveis no site do jornal. Um rápido folhear de suas páginas, ou rolar de barras na tela, nos apresenta a imensa variedade de assuntos que são abarcados no guarda-chuva dessa editoria: alimentação, doenças, atividades físicas, combate ao envelhecimento, terapias alternativas, campanhas governamentais em saúde pública, comunicados de congressos da área etc. Em geral são textos breves, sem informações muito aprofundadas ou utilização de muitas fontes. As novidades sobre cuidado com o corpo prevalecem nas manchetes, especialmente no que refere ao combate da obesidade e do câncer, tratados quase sempre como epidemias a serem dirimidas.

No Caderno Vida, são as notícias frias sobre saúde que circulam enquanto discurso predominante, quando os fatos quentes, especialmente aqueles relacionados às dificuldades de acesso e de financiamento, são geralmente alocados em outras editorias,

diárias, como os cadernos de cidade e política, cuja dinâmica de renovação é muito mais veloz do que os suplementos semanais. Neste sentido, seus textos pertencem à primeira das duas grandes categorias da cobertura midiática sobre: a de notícias com foco na promoção da saúde. De acordo com o autor, tais coberturas sofrem a interferência direta de suas fontes, dos promotores de notícias, que são as instituições políticas, científicas, mercadológicas, com um conteúdo basicamente informativo e voltado para a produção de um, ou alguns, sentido(s) de qualidade de vida.

Quando isso acontece o jornalismo se transforma em uma espécie de amplo consultório público midiático caracterizado por matérias centradas no aconselhamento e nas orientações dos indivíduos responsabilizando-os pela qualidade de sua saúde mediante a adoção de determinados comportamentos e atitudes referenciados (OLIVEIRA, 2013, p. 1).

A importância de analisar os discursos veiculados no Caderno Vida está relacionada à constância com que são veiculados, justamente por se tratar de um espaço de produção semanal, no qual é possível trabalhar os temas de modo mais planejado e estratégico. O trabalho de apuração, a escolha e relação com as fontes, a deliberação de uma agenda de temas, são percursos de uma prática social que sugere olhares sobre o cotidiano da saúde no contexto cearense, o território onde as relações de poder, e onde as relações sociais no geral adquirem materialidade e concretude.

Ao longo dos seis meses de edições impressas do *Diário* obtivemos 32 textos publicados no Caderno Vida com registro da presença do Sistema Único de Saúde, a partir de sua nomeação explícita ou a partir do registro de alguma de suas políticas, estabelecimentos públicos, da presença de especialistas dos centros de referência, ou quaisquer outros elementos que façam parte do escopo de ações do Sistema. Considerando que essa amostra representa uma média de 25 semanas, podemos dizer que houve a presença do Sistema Único de Saúde pelo menos uma vez a cada terça-feira em que o suplemento foi veiculado.

A partir da leitura preliminar desses 32 textos constatamos que os discursos construídos pelo *Diário do Nordeste* refletem modos distintos de falar sobre o SUS, e, desta maneira, de agir sobre ele, criando percepções e práticas variadas sobre o mesmo. Percebê-las é uma forma de responder àquilo que alguns autores (ORLANDI, 2001; PINTO, 2002) destacam como de fundamental importância para a análise dos discursos: não se deter apenas *no que* o texto significa, mas nos modos *como* ele o faz. Isso implica

ter em mente uma assertiva fundamental: a linguagem não é transparente, sendo a superfície do texto um ponto de partida a partir do qual é possível perceber presenças e ausências, ditos e silêncios, e perceber como os sujeitos expostos nesta superfície se relacionam com outros e com a materialidade e historicidade que os cerca.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise discursiva dos 32 textos coletados observamos a presença de duas estratégias discursivas prevalentes. Em um primeiro plano, a produção dos sentidos de ausência de algo (de tecnologias, de recursos, de financiamento adequado) no cotidiano do Sistema Único de Saúde a partir da explicitação enunciativa dessa falta. E num outro plano, em paralelo, a estratégia de apagar e invisibilizar o SUS nas ações que são por ele produzidas, a partir do seu não-reconhecimento textual ou da sua não-nomeação. Para apresentar as duas estratégias, escolhemos seis textos que trazem em seus enunciados marcas linguísticas que caracterizam os sentidos de ausência e os movimentos de apagamento. Podemos considerar que tais textos são representativos do recorte total porque preservam características comuns aos demais, configurando repetições que acabam por criar regularidades discursivas responsáveis pela conformação dos sentidos expostos.

Quadro 1 – Textos com marcas de ausência no SUS

Textos	Sentidos	Marcas discursivas (em itálico)	Data
Quimioterapia inteligente	Ausência de recursos de ponta e alto custo	“Já para os [pacientes] da <i>rede pública</i> , como são tratamentos <i>com um custo mais elevado</i> , não são autorizados diretamente nas unidades responsáveis pelo tratamento oncológico”	19/02
Vencendo tabus e preconceitos	Ausência de tecnologias	“o <i>ponto negativo</i> é que este tipo de material <i>ainda</i> não está <i>facilmente disponível</i> no Sistema Único de Saúde”	26/03
Tratamento psicológico é transformador?	Ausência de tecnologias	“Oferecemos à rede algo que os pacientes <i>não têm acesso</i> , uma vez que particular é muito caro e <i>o SUS apresentava vagas limitadas</i> ”	19/03

A ÊNFASE DA AUSÊNCIA, A PARTIR DA PRESENÇA SUGESTIONADA

O primeiro texto que produziu o sentido de ausência no período analisado foi veiculado no dia 19 de fevereiro de 2013. O título ‘Quimioterapia inteligente’ já nos apresenta com simpatia a proposta de reconhecimento da novidade, e os elementos gráficos harmonizam essa identificação – na fotografia, uma médica jovem, sorridente, de aparência agradável, aparece como entrevistada, a fala especializada e autorizada. Diversas novidades para o tratamento de câncer são expostas, com bastante ênfase para os nomes e qualidades dos medicamentos utilizados, como se vê no trecho “que *revolucionou* o tratamento do câncer de mama”, alguns que ainda nem foram autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), conforme a própria matéria revela. Um desses medicamentos teria sido utilizado, segundo a entrevistada, pela então Presidente da República, Dilma Roussef, numa combinação terapêutica que a teria deixado “curada”, explicita a narrativa.

Ao ser questionada sobre o acesso aos tais tratamentos, a médica explica que eles estão disponíveis na rede privada quando comprovada a necessidade de seu uso. O que não acontece na mesma maneira no SUS, segundo a profissional, que diz: “Já para os [pacientes] da *rede pública*, como são tratamentos *com um custo mais elevado*, não são autorizados diretamente nas unidades responsáveis pelo tratamento oncológico”. Aqui é interessante perceber a sobreposição de uma ideia muito comum no imaginário midiático e social: se é um medicamento caro, parece ficar implícito que não está disponível a pacientes do SUS, ou seja, o seu valor é um condicionante de acesso. O que acontece numa produção discursiva deste tipo é que se ocasiona a circulação de uma informação incompleta, pois embora o custo seja um aspecto fundamental para o SUS, ele não é o único. Questões como: se o medicamento consta na Relação Nacional de Medicamentos (Rename); se é o único que pode gerar os efeitos esperados; se cumpriu todos os requisitos de segurança para ser aprovado pela Agência Nacional de Vigilância em Saúde, são apagados nesses discursos.

Além disso, há um estímulo explícito à judicialização da saúde, quando a entrevistada orienta uma conduta através da qual se tornaria possível garantir o acesso: “É necessário que o médico faça *um relatório* solicitando *autorização* para a Secretaria de Saúde”. Ou seja, um documento com o qual o paciente, já convencido pelo médico de

que aquela substância terapêutica é a melhor, vai pleitear sua aquisição junto ao Estado. E continua: “A *burocracia* demora cerca de três meses, mas geralmente é possível conseguir o medicamento”. Nesse caso, toda a problemática do acesso é reduzida a uma palavra com forte carga negativa de significado: burocracia. Questões relativas à política de Assistência Farmacêutica ou à própria segurança do paciente, e que fazem parte desse protocolo, são silenciadas por essa sentença, que expressa por uma médica se torna quase que automaticamente legítima, considerando o status que a medicina ocupa na sociedade contemporânea.

A exposição da ausência – seja de medicamentos, de tecnologias, de profissionais etc – é construída pelo *Diário do Nordeste* a partir de múltiplas estratégias e nuances. Neste caso, é a ausência de uma ação terapêutica de ponta, com um status de valor agregado à prática narrativa: a ideia parece ser a de que quanto mais cara, e mais nova, maior a chance da terapia ser mais eficaz. É importante considerar que em tais estratégias pode residir a ideia da imprensa como um sujeito social que toma para si a responsabilidade de cobrar o direito ao acesso. Mas que tipo de acesso está em jogo? O acesso ao cuidado, à terapêutica, ou o acesso ao consumo de ponta? A um padrão de saúde que não está na ordem do discurso da cidadania, mas do imaginário e do desejo?

No dia 26 de março, essa ausência aparece novamente, dessa vez investida de um novo sobrenome: tecnologia. Na matéria ‘Vencendo tabus e preconceitos’, o *Diário* divulga a realização de uma campanha e de alguns tratamentos para incontinência urinária, considerados bem-sucedidos pelo representante da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), ouvido pela reportagem. O texto qualifica positivamente este tratamento ao enfatizar que os procedimentos são “minimamente invasivos” e já disponíveis aos usuários, mas não os do SUS, proibitivamente, pois “o *ponto negativo* é que este tipo de material *ainda* não está *facilmente disponível* no Sistema Único de Saúde”, como explicitou a matéria. O trecho em destaque leva a crer que há um único ponto negativo para o tratamento, anunciado pelo artigo definido “o” (e não “um”, que conotaria uma indefinição), que é justamente a ausência do mesmo no SUS. E o uso da palavra “ainda” exerce o papel da instabilidade da questão: ainda não está disponível, mas pode vir a ser. Dessa forma, o jornal acaba por recomendar a oferta do tratamento ao SUS, o que resolveria o único impedimento existente para o acesso.

Nestas situações, é uma relação com o consumo das inovações, com a própria tecnologia de ponta disponível e à venda no setor saúde, que é colocada sutilmente em cena pelo jornal. Constrói-se a ideia de que o usuário do SUS não pode consumir a novidade (“implante de slings ou minislings”, através de um procedimento ambulatorial sem necessidade de internação) porque, segundo o jornal, quem deveria pagar por isso, o Estado, não o faz. Reforçando este entendimento, o *Diário* traz o texto sobre o tratamento à incontinência urinária indisponível no SUS disposto ao lado da publicidade de um plano privado de saúde, que ocupa mais de 50% da área total da página. Neste co-texto, a redação publicitária afirma: No Hapvida, a saúde do fortalezense contará com uma forte aliada: a *tecnologia*.

Neste texto, como no anterior, a principal fonte consultada é o médico especialista no tema. Um urologista, que também coordena uma instituição do setor, é quem explica os benefícios da tecnologia em debate. Ocorre que não sendo a mídia um perito em saúde, ela recorre às vozes especializadas no campo para que legitimem e reforcem a construção de um imaginário robusto sobre o tema, como nos afirmam Cardoso e Vaz (2011).

Os meios de comunicação ainda não são considerados autoridades em saúde pública; desse modo, negociam com a fala dos epidemiologistas para dar credibilidade à sua versão de uma epidemia. Seu poder consiste em selecionar, de tudo o que os peritos dizem, aquilo que irá aparecer em suas páginas e telas (VAZ; CARDOSO, 2011, p. 2).

O texto ‘Tratamento psicológico é transformador’, publicado no dia 12 de março, foi o primeiro com uma menção direta à sigla SUS: “Serviço de Psicologia Aplicada, em parceria com o SUS, atende cerca de 400 pessoas por semestre”. Na fala da psicóloga responsável pela coordenação do atendimento essa ausência é evidenciada: “Oferecemos à rede algo que os pacientes *não têm acesso*, uma vez que particular é muito caro e o SUS *apresentava vagas limitadas*. Se não estivéssemos aqui, essas pessoas *não teriam oportunidade* de receber um apoio psicológico”. A imagem veiculada, de uma paciente de costas (com identidade preservada) sendo atendida por uma psicóloga muito bem vestida, com postural corporal receptiva, e atenta à escuta, agrega valor ao sentido de eficácia que o serviço adquire com o texto.

Acontece que alguns desdobramentos presentes no discurso vão apontando que esse sentido de ausência foi atribuído de maneira incorreta. Os pacientes atendidos pelo serviço anunciado já são pacientes do SUS, o que é possível compreender quando a

matéria explica o caminho através do qual eles acessam o atendimento, que é justamente o itinerário terapêutico tradicional da rede pública. Isso está no trecho: “Para ser assistido pela clínica-escola, é necessário procurar o Centro de Atenção Psicossocial (Caps) mais próximo. Em parceria com o Nami, o Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Coordenação de Saúde Mental de Fortaleza, distribui as vagas que surgem nos Caps, dependendo da demanda e da procura”. Ou seja, é um serviço regulado pelo SUS e provavelmente financiado também por ele, através do subsídio de impostos, ou funcionando como uma espécie de serviço-escola, mas não há qualquer fala que esclareça isso. Pelo contrário. Nesse texto é possível reconhecer que o SUS é um coadjuvante para um sentido de eficácia atribuído a um serviço privado de referência, que atua onde o serviço público não consegue chegar plenamente. Esse serviço privado, não por acaso, é prestado pelo Núcleo de Atenção Médica Integrada da Universidade de Fortaleza (Nami), uma instituição de ensino superior que pertence ao mesmo grupo empresarial proprietário do *Diário do Nordeste*. Ao mencionar que o serviço atende prioritariamente pacientes do SUS, o *Diário* promove a legitimação da iniciativa exclusivamente em seu benefício, conferindo-lhe um status mais social e menos mercadológico à iniciativa.

NÃO RECONHECIMENTOS: UMA LEGITIMAÇÃO ÓRFÃ

Quadro 2 – Textos com apagamentos enunciativos sobre o SUS

Textos	Esquecimentos	Marcas discursivas	Data
Solidão: a presença da ausência	Nenhuma menção ao SUS, quando o estabelecimento é público	“O grande número de pacientes com histórico de tentativa de suicídio <i>encaminhado</i> ao Ambulatório de Saúde Mental do <i>Hospital Universitário Walter Cantídio da UFC</i> resultou na criação do Projeto de Apoio à Vida (Pravida), em 2004”	19/02
Corpore sano	Nenhuma menção, quando a política é pública	“... <i>a iniciativa</i> de proibir o fumo em determinados ambientes, as taxas sobre produtos derivados do tabaco e as advertências presentes nos maços de cigarros”	19/02
Mundo médico	Não associação das instituições mencionadas com o SUS	“A norma foi anunciada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) <i>em parceria com o Ministério da Saúde</i> ”/ “ <i>Segundo a Anvisa</i> , a empresa responsável	12/03

		pelo medicamento deve recolher todo o estoque do antibiótico existente no mercado”	
--	--	--	--

Além do sentido explícito de ausência, materializado pelas marcas discursivas que estamos apontando, as coberturas produzidas pelo *Diário do Nordeste* promovem apagamentos enunciativos a respeito do Sistema Único de Saúde, que de forma simbólica se configuram como fissuras na construção de uma memória discursiva possível. Quando algo não é dito no discurso, é esquecido, ou silenciado, também sua memória discursiva se modifica a partir do silêncio, como uma brecha a ser ocupada, ou preenchida, por outros efeitos de sentidos, nascidos de outras ideologias. Portanto os atos de esquecimento também estão presentes e em disputa nas formações discursivas.

Vejamus a ocorrência de um apagamento discursivo no texto ‘Solidão: a presença da ausência’, publicado no dia 19 de fevereiro. É uma reportagem sobre pessoas que sofrem desse sentimento no nível em que isso se torna uma patologia, divulgando duas iniciativas de cuidado e suporte mental promovidas na capital. Diz o enunciado: “Fortaleza conta, hoje, com alguns *serviços gratuitos* para as pessoas em solidão”. Um dos serviços, publicizado pela reportagem, é o Projeto de Apoio à Vida, desenvolvido no hospital da Universidade Federal do Ceará. O fato de ter esse lócus como origem, e de ser definido como gratuito, nos dá pistas da presença do SUS em sua constituição, mas tal associação não se materializa em qualquer momento do enunciado, permanecendo implícita em trechos como “O grande número de pacientes com histórico de tentativa de suicídio *encaminhado* ao Ambulatório de Saúde Mental do *Hospital Universitário Walter Cantídio da UFC* resultou na criação do Projeto de Apoio à Vida (Pravida), em 2004”. Temos então a divulgação de uma experiência positiva e disponível de cuidado na rede pública, mas o seu reconhecimento ficará restrito apenas ao estabelecimento de saúde que o promove. O SUS, enquanto território amplo de política e de produção de sentidos, se mantém invisível ou, no máximo, subentendido.

O trecho destacado, observado com cuidado, reserva em si alguns implícitos: se esses pacientes foram encaminhados significa que eles vieram de algum outro lugar, que há sujeitos responsáveis por esta organização em rede, muito provavelmente atores e serviços da rede de saúde mental do município de Fortaleza, partes de um itinerário que

é rigorosamente apagado da informação. Orlandi (2001) nos lembra que provocamos os sentidos a partir das escolhas que fazemos para dizer determinadas coisas, e não outras. São os modos como dizemos o que dizemos que acabam por provocar redes de sentidos que fogem ao nosso controle. “Ao falarmos “sem medo”, por exemplo, podíamos dizer “com coragem”. Isso significa em nosso dizer, e nem sempre temos consciência disso” (ORLANDI, 2001). No texto em questão, essa ausência de nomeação do SUS torna-se mais significativa quando analisamos o *co-texto* da página: uma publicidade da operadora de plano privado de saúde Unimed ocupa cerca de um terço da página do jornal. A redação publicitária, que está em diálogo com o texto jornalístico, ocupando a mesma superfície textual da página, diz: ‘A Unimed Fortaleza quer você de volta’, alinhando-se à temática de acolhida abordada na reportagem. Tem-se, portanto, uma ideologia que opera sua nomeação a partir de um sujeito explícito, em detrimento de outro que foi esquecido: a lógica privada de prestação de serviço e do consumo das iniciativas de cuidado.

Na mesma linha ideológica dessa formação discursiva, no dia 19/2, uma pequena nota na coluna ‘Corpore sano’ menciona a publicação de um artigo na revista inglesa *The Lancet*, um dos periódicos internacionais de maior credibilidade da área da saúde, no qual as estratégias brasileiras de combate ao tabagismo são registradas por uma pesquisadora estrangeira: “...a iniciativa de proibir o fumo em determinados ambientes, as taxas sobre produtos derivados do tabaco e as advertências presentes nos maços de cigarros”. O fato noticiável em questão é justamente o reconhecimento das políticas brasileiras por um periódico estrangeiro de renomado respaldo científico. Ocorre que as iniciativas mencionadas vêm de algum lugar, são executadas a partir de políticas materializadas por instituições, e isso é completamente silenciado na nota. As estratégias de combate ao tabagismo no Brasil são resultantes de históricas e prolongadas articulações entre órgãos públicos e privados, sendo a maioria destes vinculados ao Ministério da Saúde, cujas parcerias se desdobram em políticas de acesso a medicamentos e outros tratamentos, em iniciativas diversas na ordem das comunicações etc. Este não dizer que caracteriza a dimensão subjetiva da notícia, os sujeitos envolvidos no processo, deixa um “espaço de interpretação” (Orlandi, 2001) no qual o próprio sentido se movimenta.

Cerca de um mês depois, no dia 12 de março, na seção do Caderno Vida intitulada Mundo Médico, o *Diário* publicou duas notas sobre vigilância em saúde. Na

primeira, ele anuncia que os planos de saúde privados deverão justificar em até 48 horas as razões para a não realização de qualquer procedimento, sob pena de multa caso o usuário conduza processo judicial contra a operadora. “A norma foi anunciada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) *em parceria com o Ministério da Saúde*”. A segunda nota é sobre a suspensão e recolhimento de um medicamento do mercado por determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. “*Segundo a Anvisa*, a empresa responsável pelo medicamento deve recolher todo o estoque do antibiótico existente no mercado”. Esses são dois exemplos de um fenômeno comum de apagamento a partir da não nomeação do SUS por parte da imprensa comercial. Na maior parte das matérias que analisamos nesta pesquisa, ações de prevenção, promoção, vigilância, ou quaisquer outras que não sejam relativas especificamente aos serviços e estabelecimentos públicos de saúde (e às vezes nem esses), não são tomadas como partes do SUS. As produções de sentidos se dão, assim, a partir de certa fragmentação de conceitos e ideologias. Quando o jornal fala, na primeira nota, da parceria entre um órgão e outro, a relação legal existente entre ambos, amparada pela Constituição, de que o SUS regula o sistema privado (aqui representado pelo Ministério da Saúde) se dissolve nessa construção discursiva, e a hierarquia de um sobre o outro é silenciada. Por desconhecimento ou simples falta de atenção, representações sociais de poder são ressignificadas cotidianamente sem que se mesure o impacto disso na conformação do direito a saúde.

CONCLUSÃO

É importante notar que o sentido de ausência e os apagamentos sobre o Sistema Único de Saúde, que buscamos apontar e discutir nesse artigo, produzem efeitos de sentido cotidianos que não dão conta da complexidade implicada nos mecanismos de produção, execução e regulação de políticas públicas de saúde. Ao cidadão que tem nesse jornal impresso sua principal fonte de informação resta um nível de percepção baixo sobre quem organiza, promove e regula os seus direitos. Nesse caso, o direito à saúde, que está diretamente relacionado aos direitos da informação e da comunicação. Não acreditamos ou defendemos que seja uma tarefa da mídia construir um sentido positivo sobre o SUS, mas, quem sabe, potencializar e ampliar a capacidade do leitor relacionar os aspectos

implicados na execução dessas políticas, inclusive quando os benefícios forem perceptíveis.

Não esqueçamos que o Caderno Vida é o suplemento que o *Diário* do Nordeste oferta aos seus leitores como um espaço oficial de matérias sobre a saúde, o que pressupõe um contrato de leitura referencial: se é este o espaço privilegiado, é nele que posso encontrar informações relevantes para meu cotidiano. O que estamos dizendo é: muito além de adjetivar o Sistema, a mídia cria, pelos mecanismos do discurso, situações relativas, cuja funcionalidade pode ou não mudar de um dia para o outro, de um contexto para o outro, de interlocutor a interlocutor. E talvez esteja no entendimento destas mediações e no enfrentamento dos status que elas engendram a razão de ser da análise dos discursos. Entender os mecanismos de poder que se dão nos processos, que fluem e que nunca se encerram.

A Semiologia dos Discursos Sociais nos ensina que os sentidos, além de infinitos, não podem ser emoldurados. Que dependem dos sujeitos envolvidos nas práticas discursivas, que por sua vez estão inseridos em contextos com dimensões geográficas, estruturais, políticas, culturais e sociais que não podem e não devem ser desconsiderados. Como um caleidoscópio de inúmeras possibilidades, esta pesquisa reflete apenas um, dentre os muitos pontos de vista possíveis para analisar os discursos construídos pelo *Diário do Nordeste*, mais especificamente o Caderno Vida, a respeito – e a despeito – do Sistema Único de Saúde. Mas também reflete um recorte da relação mídia/cotidiano, que nos propomos a discutir neste artigo, e dos modos como os discursos sobre o SUS se configuram como fragmentos de uma compreensão geral sobre o Sistema, proposta pelo jornal analisado.

O que destacamos como resultante da análise, portanto, é o fato de que, com muita regularidade, a mídia constrói tanto crítica a partir da ausência quanto esquecimento ao Sistema, e estas estratégias não estão necessariamente demarcados texto a texto. Podem, inclusive, aparecer juntas, dividindo a mesma superfície textual e o mesmo contexto produtivo (o tempo, as condições de apuração, as fontes consultadas etc). Nisto reside uma ideia importante: as estratégias discursivas empreendidas pelo *Diário* mostram tanto sobre o SUS na mídia, os seus sentidos, quanto sobre o próprio jornalismo e a forma como o jornal se posiciona como ator político que é.

O SUS do Caderno Vida é um SUS fragmentado, raramente nomeado, que carece de investimentos e de tecnologias, cuja complexidade estrutural passa largamente despercebida pelos modos de dizer jornalísticos. As boas iniciativas, quando divulgadas, vêm sem indicativo de porta de entrada, sem clareza sobre como ter acesso, sobre o percurso a ser seguido do ponto de vista do direito à saúde. Diferentemente do consumo de inovações, cujo estímulo recheia de publicidades os espaços jornalísticos, as informações sobre o SUS funcionam quase como um oráculo que recolhe a mão para que o cidadão não encontre a resposta que precisa. Médicos fazem propaganda de suas expertises, clínicas apontam novidades quentes sobre tratamentos possíveis, e nada parece direcionar-se a quem necessita desses serviços, mas a quem os deseja, e pode pagar pelos mesmos. Na relação *Diário do Nordeste/SUS* cearense, não encontramos pistas dos princípios que orientam e organizam o Sistema, não encontramos a presença de gestores ou usuários como falas autorizadas, não nos sentimos convidados a pensar em experiências que fujam da lógica consumo-inovações. Este é o cotidiano proposto ao leitor do *Diário*.

Referências

- ARAUJO, I. S. DE. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. In: **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, v. 8, n. 14, pp. 165–178, 2004.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. In: M. A. Mattos; J. J. Júnior; N. Jacks (Org.); **Mediação & Mdiatização**. [Online]. pp. 31-52, 2012. Salvador: EDUFBA.
- FAUSTO, A. O jornalismo e os limites da representação. In: A. P. Brandão; A. F. Neto; L. Magalhães; M. J. Pinto; M. Duarte (Eds.); **Discursos: estudos da linguagem como prática social**. pp. 11–30, 2005. Rio de Janeiro: Ilustração.
- FAUSTO, A. **Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos**. Intercom, pp. 1–21, 2007.
- HJARVARD, S. **Mdiatização: conceituando a mudança social e cultural**. Disponível em: <https://goo.gl/mcTDt9>. Acesso em 16 abril 2018.
- LERNER, K.; SACRAMENTO, I. **Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.
- OLIVEIRA, V. D. C. Os sentidos da saúde nas mídias jornalísticas impressas. In: **Reciis**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, 2013.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**. 3 ed. Campinas/SP: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: P. Achard et al. **Papel da Memória**. Tradução: José Horta Nunes. 1ª edição. Campinas: Pontes, 1999.
- PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso**. 2 ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

VAZ, P.; CARDOSO, J. M. **A epidemia da dengue como questão política**: risco e sofrimento no Jornal Nacional em 2008. Compós, Porto Alegre, pp. 1–16, 2011.